



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 4ª reunião, realizada em 27 de abril de 2017

1 Em 27 de abril de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João Paulo Mello
5 Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Juneval Geraldo dos Santos, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Diego Pessoa Santos, da Secretaria de
8 Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Enio Resende de Souza, da
9 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
10 (Emater); Polyana Faria Pereira, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
11 Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor
12 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto
13 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
14 Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos
15 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio
16 Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Emílio Elias
17 Mouchrek Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
18 Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
19 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
20 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 4ª reunião
21 da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3) COMUNICADOS DOS**
22 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Eduardo Antônio
23 Arantes do Nascimento: “Primeiro eu queria registrar que, ontem, na reunião da
24 CNR/COPAM, eu registrei o fato de terem sido deliberados R\$ 19 milhões, pela
25 Secretaria da Fazenda, para ser paga parte do passivo com o Programa Bolsa
26 Verde. Esses R\$ 19 milhões serão parcelados em quatro meses, até junho. Eu
27 registrei e considero uma iniciativa muito importante do governo.
28 Especificamente, a questão que eu quero abordar é que nós aprovamos aqui, e
29 a minha expectativa era de que a discussão fosse hoje, para abrir a discussão
30 sobre as alterações na DN 74 no setor agrossilvipastoril. Eu reafirmo isso. Se
31 não for possível, que se fale que não é possível. Outra questão é que eu
32 proponho que seja pautado. Presidente, antes da sugestão, nós, Faemg,
33 Fetaemg e algumas ONGs, fomos convocados pelo IEF para participar da
34 elaboração de uma lei estadual de pagamento por serviços ambientais, e teve
35 até seminário. E construímos uma proposta. Daí para a frente, parou. Eu acho
36 muito importante a proposta. Uma legislação estadual de pagamentos por
37 serviços ambientais eu acho que se justifica por si própria, e também eu acho

38 que é uma maneira de se evitar essa falta de sinergia dos órgãos de governo
39 em torno dessa questão. Efetivamente, hoje no Estado nós temos, ao nível do
40 governo, as diversas iniciativas do IEF, inclusive o Bolsa Verde, um programa
41 semelhante no IGAM, Cultivando Água Boa, e outro na Copasa, Proteção de
42 Mananciais, e outro na Codemig, Plantando o Futuro. Tudo é importante, mas
43 eu, particularmente, acho que programas de recuperação ambiental e de
44 proteção ambiental devem ficar sob a gestão do IEF, sem prejuízo das outras
45 instituições. Sem floresta não tem água. O projeto de lei de pagamento por
46 serviços ambientais vai para a Assembleia. É uma decisão do governador, quem
47 encaminha é o governador. Mas eu acho que nós devemos fazer o que nos
48 compete fazer. Inclusive, na última reunião, a Fernanda informou que foi
49 encaminhado ao procurador e que até hoje ele não se manifestou. Mas,
50 independentemente de ele se posicionar ou não, eu gostaria que, na próxima
51 reunião, fosse pautado que o IEF apresentasse o produto que nós construímos,
52 que cada um aqui pudesse se manifestar, melhorar e mandar. Porque a
53 tramitação também na Assembleia, a não ser que o governador peça regime de
54 urgência, na verdade, é para médio prazo. É uma legislação importante, e eu
55 quero ressaltar também que a proposta, a não ser que o IEF tenha feito outro
56 ajuste, foi consensuada no seminário. Eu acho que é um ganho concreto e sai
57 dessa taba rasa de comando e controle. Nós temos que unificar essas
58 iniciativas. Atualmente, o Comitê do Rio das Velhas, tem R\$ 18 milhões em
59 projetos de recuperação hidroambiental. Quando fica muito disperso, se perde
60 na gestão e na sinergia.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento:
61 “Com relação à DN 74, nós encaminhamos e estamos aguardando uma posição
62 da SEMAD. Com relação ao PL, eu vejo com muito bons olhos e vou verificar.
63 Todos sabem que a minha proposta realmente é mudar a política do comando e
64 controle, que eu acho que já é superada. A política ambiental baseada somente
65 no comando e controle, na minha percepção enquanto técnico do Sistema de
66 Meio Ambiente há alguns anos, está superada. Não quer dizer que tem que ser
67 excluída, faz parte da política. A própria 6.938 tem 11 ou 12 propostas de
68 instrumentos de gestão ambiental, e nós usamos praticamente dois. E agora
69 estão sendo criados outros. E os serviços ambientais são coisas que o mundo
70 inteiro já utiliza e já vem realmente aplicando. Eu hoje tenho colocado em vários
71 fóruns que o IEF tem condições de ser uma das maiores agências prestadoras
72 de serviços ambientais do Brasil. O IEF tem chancela do Banco Mundial, da
73 Unesco, e nós já fizemos bons trabalhos com o BID, o Promata, a KFW. Então é
74 esse conceito de prestação de serviços ambientais que nós estamos trazendo
75 para dentro do IEF. E o comando e controle faz parte da política, que tem que
76 ser integrada, mas nós temos que começar a inverter e valorar mais as
77 melhorias e os ganhos ambientais pensando em sustentabilidade. Então eu vou
78 resgatar esses dois pontos e informar para vocês.” Conselheiro Enio Resende
79 de Souza: “Eu queria aproveitar a oportunidade para corroborar com as
80 proposições do Eduardo, da Fetaemg, mas destacar que, com relação ao

81 licenciamento ambiental das atividades agrossilvipastoris, nós, vários
82 conselheiros aqui presentes e muitas instituições que estão aqui representadas,
83 fizemos várias reuniões do setor agrossilvipastoril colocando que nós
84 gostaríamos e precisamos, na verdade, de discutir o licenciamento, mas não
85 apenas a DN 74. Nós gostaríamos de ter uma discussão mais ampla, mais
86 profunda, sobre a inserção das atividades agrossilvipastoris no licenciamento
87 ambiental tal como é praticado em Minas Gerais. Considerando que nós temos
88 uma lei recentemente aprovada, eu acho fundamental que esta Câmara
89 realmente pautar o licenciamento ambiental para as atividades agrossilvipastoris.
90 Na ocasião, foram várias reuniões, e nós não gostaríamos apenas de discutir a
91 DN como se, de fato, estivéssemos discutindo licenciamento, mas todo o
92 processo que está vinculado ao licenciamento e a inserção da agricultura, que
93 tem faces, e o DN da atividade é completamente da mineração, da indústria.
94 Então eu acho que nós temos que discutir aqui. Então reforçar esse pedido para
95 discutirmos o licenciamento ambiental das atividades agrossilvipastoris.”
96 Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “As condições, no campo, de
97 execução da AAF são difíceis, contraditórias e geram muitas dúvidas,
98 especialmente no Anexo G, que é de atividades agrossilvipastoris. Nós
99 queremos colocar aqui uma reivindicação não só do Crea, mas de entidades de
100 classe que acompanhamos. Na revisão da DN 74, a AAF está saindo de pauta
101 para entrar a Licença Ambiental Simplificada. Primeira pergunta: ela fará parte
102 do Anexo G da então DN 74? A primeira pergunta a Licença Ambiental
103 Simplificada, na maneira de ver das entidades de classe e de produtores,
104 deveria ter condicionantes, porque uma das grandes dificuldades para viabilizar
105 a AAF é ela não ter condicionante e o consultor não voltar mais, depois que
106 aquele papelzinho é posto na moldura, colocado em um quadro atrás da mesa
107 do dono da empresa. É preciso que haja esse trabalho. E outro aspecto é que
108 as entidades deveriam participar da determinação, não digo do potencial de
109 poluição, mas dos portes, dos parâmetros etc., que devem manter as classes 1
110 e 2 e depois sair para o licenciamento. Nós temos essas dúvidas em diversas
111 entidades, a Câmara de Agronomia do Crea tem essa dúvida, a Supervisão do
112 Agronegócio do Crea tem essa dúvida e pelo menos a Associação dos
113 Agricultores, da qual eu respondo pelo departamento técnico, tem essa dúvida.
114 Eu me comprometi na associação a trazer esse tema, assim que houvesse
115 oportunidade, e a oportunidade está se abrindo hoje. Nós gostaríamos de ouvir
116 a posição atual do órgão ambiental.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
117 “Aqui se manifestaram o Crea, a Emater, a Fetaemg e a Faemg. Pode ter mais
118 entidade ligada ao meio rural, mas aqui nós temos uma grande representação
119 desse grupo que quer colaborar. Eu não vou falar que tenho receio de a SEMAD
120 não atender a nossa moção. Isso foi objeto de moção na reunião passada. De
121 repente, a SEMAD pode ficar muito apertada, mas, como o Enio falou, nós
122 estamos não só manifestando, como insistindo com os secretários de Meio
123 Ambiente que estão nessa caminhada, desde três ou quatro anos, e não

124 estamos conseguindo diálogo. Nós tivemos há alguns anos uma reunião com
125 duas funcionárias da Secretaria de Meio Ambiente na esperança de que
126 fôssemos conversar alguma coisa sobre licenciamento ambiental das atividades
127 agropecuárias e ficamos pasmos de ver que não tinham nada daquilo que
128 tínhamos mandado em correspondência. E quem enviou a correspondência não
129 foi a Faemg, mas o secretário adjunto de Agricultura, na época. E ficamos
130 preocupados de saber que lá, na reunião, os pontos de discussão que essas
131 duas funcionárias da SEMAD tinham eram totalmente diversos do que
132 estávamos querendo discutir. E mais assustado ainda eu fiquei, agora no ano
133 passado, em reunião com a doutora Zuleika, que estava falando a mesma coisa
134 de dois, três, quatro anos atrás. Ou seja, parece que essa insistência em não
135 querer discutir com o setor tem todos esses defeitos de que estamos falando,
136 mas as ideias permanecem as mesmas. E isso nos está preocupando muito.
137 Nós estamos afim de trabalhar e discutir – Fetaemg, Faemg, Emater e Crea –, e
138 eu tenho certeza de que os outros conselheiros também. E eu queria somar com
139 o Eduardo na questão do PL de serviços ambientais. Foi à Assembleia, e a
140 discussão está de ótimo tamanho, mas é muito bom que venha para a nossa
141 CAP. Eu queria também reforçar aqui a questão que o Eduardo colocou da
142 verba orçamentária que teria sido liberada para pagamento do Bolsa Verde, que
143 isso seja feito da forma mais expedita possível e que aqueles produtores que
144 entraram no Programa Bolsa Verde há quatro, cinco, seis anos vejam um pouco
145 do dinheiro que foi contratado.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu faço
146 parte da entidade Movimento Verde de Paracatu, e temos uma atuação mais
147 fazendo a coisa acontecer. Inclusive, nós temos muita dificuldade com relação a
148 legislação, a essa questão mais burocráticas, porque o nosso perfil é outro. Eu
149 queria fazer algumas colocações aqui, principalmente para o setor produtivo.
150 Nós temos um programa em Paracatu, há muitos anos, de proteção de
151 nascentes e veredas e estamos com muita dificuldade para otimizar o recurso
152 que temos. Por exemplo, temos uma parceria com uma mineradora no valor de
153 R\$ 600 mil para construção de 45 km de cerca. O fato é que esse projeto
154 engloba desde o cadastramento até a construção da cerca, tudo por nossa
155 conta. Se nós tivermos apoio do setor produtivo, principalmente do homem do
156 campo, fornecendo material, em vez de 45 km nós podemos fazer 100 km. Eu
157 queria deixar esse dever de casa, principalmente para você, Carlos Alberto, que
158 pode tentar junto ao pessoal da cidade e da nossa região para que viabilizem
159 esse material. Porque nós vamos entregar o cercamento pronto, mapeado e
160 com tudo direitinho, o que é uma maneira de proteger nascentes e veredas. Nós
161 já tentamos inverter um pouco essa lógica de proteção através de plantio desde
162 o projeto Cultivando Água Boa, do Estado. Quando foi apresentado para nós o
163 que o Estado estava planejando gastar, nós fizemos um cálculo mostrando que
164 poderiam proteger dez vezes mais só com cercamento. Produzir e plantar muda
165 é muito fácil, e cuidar de 10 ou 20 mudas é mais fácil ainda, mas se passa disso
166 é ‘pepino do grosso’, e os produtores rurais sabem disso. Inclusive, eu me

167 lembro de uma reunião do COPAM em que eu sugeri que se tirasse o plantio
168 das condicionantes dos projetos das Suprams e transformasse em cercamento.
169 Porque em todo lugar tem um remanescente, e se protegeu, tirou fogo e gado, o
170 problema está resolvido em pouco tempo, e fica mais barato, otimiza o dinheiro
171 e não se joga dinheiro fora. Eu queria também falar sobre a questão do Parque
172 Estadual de Paracatu. Embora seja uma questão mais localizada, eu acho que é
173 importante. Nós temos lá uma unidade de conservação, criada no governo
174 anterior, como medida compensatória da mineradora. É um parque de mais ou
175 menos 8 mil hectares, e a necessidade é que seja de 16 mil hectares. Nós já
176 estamos no plano de manejo, 'nos finalmente', e o fato é que essa área protege
177 os mananciais da Copasa em Paracatu. Eu acho que a Copasa teria que entrar
178 nisso e que isso teria que estar no plano de manejo, pesadamente. Então, João
179 Paulo, você poderia tentar intervir junto à Copasa para que assuma alguma
180 coisa. Se a Copasa assumir agora esses outros 7 mil hectares nos processos da
181 Supra Noroeste, vai se evitar que no futuro a Copasa gaste milhões buscando
182 água não sei aonde. Eu acho que a Copasa teria que entrar nisso, porque agora
183 fica muito mais em conta para ela o investimento para expandirmos esse
184 parque. Eu acho que é um dos poucos parques em Minas Gerais que não têm
185 problema fundiário. Porque a mineradora comprou a área e passou para o
186 Estado. É mais ou menos isso que eu queria colocar e dizer que nós estamos à
187 disposição em Paracatu.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “O
188 dinheiro anda curto, é geral, mas eu prometo que vou conversar com quem for
189 possível. Outra coisa também é a glorificação do plantio. Um hectare de muda
190 nativa custa caríssimo, e a manutenção também é cara. Eu concordo com você,
191 os casos de necessidade de se plantar muda nativa não são tão agudos assim,
192 e realmente é uma atividade muito cara.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira:
193 “Só uma informação que eu acho que é importante para o próprio IEF: com 15
194 km de cerca, normalmente, por ano, nós estamos conseguindo proteger de 250
195 a 300 hectares de nascentes e veredas. Se colocar isso no papel, verá a
196 importância e o custo-benefício da proteção através de cercamento.”
197 Conselheiro Igor Lopes Braga: “Sobre a questão da revisão da DN 74, eu
198 gostaria de corroborar o que os outros conselheiros falaram. Eu também acho
199 que é devida essa revisão. A metodologia precisa mudar mesmo, porque
200 entendemos que a metodologia aplicada hoje pelo Anexo da DN 74 se aplica
201 muito perfeitamente à mineração, à indústria, mas não à questão
202 agrossilvipastoril. Precisa mudar bastante, e nós precisamos aprofundar muito
203 nessa questão.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Quanto às
204 duas solicitações, eu já vou programar. A moção está ali, e nós vamos verificar
205 com a SEMAD e trazer o retorno para vocês. E eu gostaria de trazer também
206 uma coisa muito boa. A CAP ficou inativa quase dez anos. Quando houve esse
207 modelo de Supram, a CAP praticamente morreu e não teve nenhuma discussão.
208 E agora resgatando, e desde o início nós estamos colocando que a ideia não é
209 ficar só no licenciamento básico, mas discutir públicas para trazer aqui,

210 inclusive, subsídios à própria SEMAD de questões características do setor. A
211 representação do setor está aqui, seja através dos órgãos públicos, seja através
212 das entidades representativas de profissionais etc., onde temos toda a condição
213 de preparar os subsídios para realmente discutirmos o modelo de licenciamento.
214 Muitas vezes até por questões mesmo institucionais nós discutimos dentro
215 desse modelo, mas talvez a atividade agrossilvipastoril esteja necessitando de
216 discutir o modelo. Isso eu já falo há muitos anos. É uma atividade de alto risco,
217 totalmente difusa, com características diferentes no Norte, no Sul, Leste, Oeste.
218 Quando um tem um comportamento, um tipo de atividade, pequena, grande,
219 média. O agricultor tem algumas dificuldades. Quando eu coloco aqui o
220 agronegócio, incluo todas as partes que participam do negócio agrícola, não é
221 só naquele termo pejorativo do grande produtor. O pequeno produtor é
222 fundamental em toda a cadeia, faz parte. Então realmente trazer essas
223 discussões para a Câmara vai ser fundamental. Eu vejo que a função mais
224 essencial da CAP seria discutir políticas. Eu fiz um contato muito interessante, e
225 devemos trazer em junho. A empresa se chama Agroicone. São consultores que
226 trabalham com essa questão de levantamento de custos da atividade de
227 recuperação e de restauração. Eu conversei com eles, fui a São Paulo, e eles
228 vão fazer uma apresentação para a Câmara. Nós estamos programando. Eles
229 trabalham hoje no Brasil inteiro com relação a aplicação e aplicabilidade do
230 PRA. Eles estão com um trabalho muito interessante em São Paulo, Mato
231 Grosso, em quatro ou cinco Estados, e nós estamos tentando trazer para um
232 trabalho também em Minas, sobre levantamento de custos, se é melhor o
233 cercamento, a restauração. Quanto ao PL, nós descobrimos onde está e vamos
234 agora agilizar os pareceres e trazer à Câmara, talvez com novas ideias,
235 atualizado, se for necessário. Outra coisa é que não tem mais hoje a
236 possibilidade de o IEF não estar inserido nas questões dos Comitês. É um
237 facilitador. Os Comitês estão com recurso, e às vezes nós não temos recurso, e
238 os Comitês não têm uma agência para operacionalizar esse recurso. E aí nós
239 vamos contratar terceiros. Então eu estou buscando contato com a Fátima, com
240 o pessoal dos Comitês, para que o IEF realmente seja inserido como a agência
241 que vai trazer todo esse benefício aos Comitês. Nós fizemos um primeiro
242 contato com o Velhas e temos hoje com a Peixe Vivo um convênio para a região
243 de Patos de Minas. E ontem eu estava em Pirapora e vi um grande instrumento
244 de educação ambiental e gestão ambiental que está muito pouco utilizado, que
245 é o barco 'Óia o Chico'. Precisa fazer uma reforma, e nós estamos buscando
246 recursos, porque isso ajudaria o Comitê da Bacia do São Francisco. Entra até
247 certo limite do Paracatu, mas, como puxa pequenos barcos, se faz também
248 educação ambiental, verifica o que tem, faz uma fiscalização dentro do rio.
249 Alguns instrumentos que nós tínhamos e que foram abandonados nós temos
250 que resgatar para trazer uma política efetiva. Com relação à Copasa, nós
251 estamos fazendo, através da Diretoria de Unidades de Conservação, um
252 levantamento de todas as inserções da companhia nas unidades de

253 conservação, para que ela também participe da gestão da unidade. Essa foi
254 uma discussão que nós tivemos ontem no Parque Lapa Grande, de onde 35%
255 da água de Montes Claros é retirada. Então a Copasa tem também que
256 cooperar com essa gestão. Finalizando, AAF e LAS, isso é uma coisa muito
257 interessante. Em 97, quando nós trouxemos o licenciamento ambiental da
258 atividade agrossilvipastoril da FEAM para o IEF, não existia nenhum
259 licenciamento simplificado para a atividade. Na época, então discutimos e
260 criamos a LAS, Licença Ambiental Simplificada, sob crítica do Sistema. Dentro
261 da perspectiva de que o setor agrossilvipastoril é diferente dos demais, nós
262 criamos a LAS. No modelo Supram, na outra reforma, mata-se a LAS, e vem a
263 AAF. Agora, está se discutindo de novo a LAS. Então quer dizer que a nossa
264 ideia não era tão ruim assim. Agora, nós poderíamos voltar para a LAS dentro
265 de uma perspectiva maior. A discussão que devemos pautar agora não é a DN
266 74, especificamente, potencial poluidor pagador, classes 2, 3, 4. Eu vejo que a
267 Câmara deveria começar a motivar a SEMAD para uma discussão do modelo
268 para a atividade. Esse é o foco. Será que é tão importante o pequeno produtor
269 com aquele volume de documentos apresentados ou ele está tendo algumas
270 ações, utilizando as outras agências do Estado, inclusive na prestação de
271 serviços ambientais ao produtor? Isso é, por lei, obrigação. Ao pequeno
272 produtor, o Estado tem que prestar esse serviço. Está na lei, e tem que cumprir.
273 Será que nessa discussão não teriam outras formas melhores? Porque muitas
274 vezes nós vamos trabalhar dentro do rigor da legislação e temos a certeza de
275 que viabilizaríamos grande parte dos pequenos produtores. A questão do uso
276 consolidado é um ganho, porque vai pegar Sul de Minas, Zona da Mata, o
277 próprio Rio Doce, a parte produtiva do pequeno produtor rural é a APP. Então o
278 que fazer, como fazer? Nós vamos buscar a sustentabilidade de um setor que é
279 importante. Nós temos que entender que ninguém está buscando a ilegalidade
280 ou o não cumprimento das normas ambientais, mas temos que entender que
281 hoje ainda persiste o setor agrossilvipastoril, que economicamente ainda está
282 segurando o país e ainda é um forte indutor da economia brasileira. Mas nós
283 temos também que fazer com que esse setor não fique só na commodity, nós
284 temos que agregar valor. Esta Câmara tem essa importância e competência e
285 até os setores, para sentar com a SEMAD e discutir. Hoje eu tenho a convicção
286 de que a SEMAD está aberta a essas discussões para realmente pensarmos no
287 novo modelo de gestão ambiental. Da década de 80 até agora, o forte da gestão
288 ambiental foi o comando e controle, mas eu vejo que tem outros instrumentos
289 que possibilitariam também trabalhar com uma política ambiental muito mais
290 efetiva hoje, sem esquecer a questão do comando e controle, que faz parte.
291 Comando e controle é um dos vetores da política. Criação de unidades de
292 conservação, criação de áreas preservadas, uso sustentável do solo. Se discute
293 muito pouco o solo hoje nas questões ambientais. Sem floresta não há água e
294 sem água não há floresta. Mas o solo entope os rios, causa um problema sério,
295 e a questão de eutrofização de mananciais é por uso inadequado do solo. Então

296 são várias coisas que nós temos que discutir. Esta Câmara tem que estar
297 cobrando, manifestando, encaminhando à SEMAD.” Conselheiro Enio Resende
298 de Souza: “A questão do CAR e do PRA, um esforço exclusivo do setor rural,
299 traz uma nova vertente para a questão do licenciamento. É por isso que
300 insistimos em não ficar discutindo esse modelo antigo da DN 74. Nós
301 gostaríamos de ter uma discussão mais profunda e ampla.” Presidente João
302 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “O CAR, para nós, vai ser um grande
303 instrumento de gestão, e o IEF está caminhando para isso.” **4) EXAME DA ATA**
304 **DA 3ª REUNIÃO DA CAP**. Aprovada por unanimidade a ata da 3ª reunião da
305 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 30 de março de 2017. **5)**
306 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE PRÉVIA. 5.1)**
307 **Kalayanti Empreendimentos e Participações S/A / Fazenda Veredas.**
308 **Bovinocultura de corte extensivo, produção de carvão vegetal de origem**
309 **nativa/proveitamento do rendimento lenhoso, produção de carvão**
310 **vegetal, oriunda de floresta plantada e cultivo agroflorestais com espécies**
311 **florestais exóticas. Bonito de Minas/MG. PA 13354/2006/003/2011. Classe 5.**
312 **Apresentação: Supram Norte de Minas.** Processo retirado de pauta com
313 pedido de vista do conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira e vista conjunta
314 solicitada pelo conselheiro Igor Lopes Braga. Antes da retirada de pauta, os
315 conselheiros questionaram se o empreendedor foi notificado da revogação da
316 anuência do IEF, órgão gestor da unidade de conservação, e da alteração do
317 parecer para o indeferimento. Seguem esclarecimentos da Supram Norte de
318 Minas. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da Supram: “Quando pautamos este
319 processo em relação à manifestação da vista, foi solicitada pela Secretaria a
320 retirada de pauta. O processo ficou, então, sobrestado até que se chegasse a
321 um denominador comum com o empreendedor, justamente discutindo essa
322 mudança de posicionamento do IEF, se poderia reverter novamente essa
323 situação. Então este processo ficou sobrestado. Nós oficiamos o empreendedor
324 questionando se tinha interesse em dar continuidade ao processo. Ele foi
325 devidamente oficiado, nós temos o AR, porém, ficou silente. Como o processo
326 foi retirado de pauta, nós não procedemos o arquivamento, e achamos por bem
327 pautá-lo novamente para uma decisão terminativa. Ele foi notificado da decisão.
328 Tanto que, em relação à baixa em diligência, foi um acordo, a pedido da
329 Secretaria, a retirada desse processo de pauta em virtude de o empreendedor
330 estar fazendo alguma tratativa junto com o IEF para reverter esse
331 posicionamento.” Cláudia Beatriz de Oliveira Araújo Versiani, da Supram: “Hoje,
332 por exemplo, está fazendo um ano que nós oficiamos o empreendedor para ele
333 manifestar se tem interesse em dar continuidade à análise do processo,
334 considerando que o posicionamento do IEF, da APA, foi contrário à implantação
335 do empreendimento. Nós aguardamos a manifestação, nos reunimos com o
336 empreendedor. Ele não manifestou nem contra nem a favor, e nós optamos por
337 indeferir o processo. No nosso adendo, a argumentação do indeferimento é a
338 negativa do IEF mais a não manifestação do empreendedor.” **6) PROCESSO**

339 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE**
340 **OPERAÇÃO. 6.1) Geriza Participações e Empreendimentos Ltda.**
341 **Tratamento químico para preservação de madeira. Martinho Campos/MG.**
342 **PA 09081/2006/001/2012. Classe 5. Apresentação: Supram Alto São**
343 **Francisco.** Indeferido por unanimidade o pedido de revalidação da licença, nos
344 termos do Parecer Único. **7) ENCERRAMENTO.** Em atendimento a solicitação
345 do conselheiro Antônio Eustáquio Vieira, a Presidência determinou à Secretaria
346 Executiva que solicite ao conselheiro representante da Universidade Federal de
347 Lavras na CPB informações sobre o seminário realizado pela Ufla sobre
348 estradas rurais. O objetivo é que seja feita apresentação sobre o tema, pela
349 Ufla, na próxima reunião da Câmara. O conselheiro Enio Resende de Souza
350 informou que a Emater vai realizar em Araçuaí, em maio e junho, uma
351 capacitação interna sobre adequação de estradas vicinais. O conselheiro
352 Antônio Eustáquio Vieira destacou: “Uma das maiores preocupações que temos
353 com relação às estradas rurais é com a retirada do cascalho, e normalmente
354 são áreas de recarga. Existem fórmulas para se trabalhar isso.” O conselheiro
355 representante do Movimento Verde de Paracatu sugeriu ainda que seja feito um
356 esforço para que os prefeitos participem dessas discussões e assumam um
357 compromisso em relação ao assunto. “Se cada prefeitura tivesse pelo menos
358 um responsável técnico pela construção e manutenção de estradas rurais já
359 seria um ganho, já ajudaria muito.” O conselheiro fez ainda o seguinte registro:
360 “Eu tenho observado e tentei levar até ao Conama a questão do pessoal que tira
361 o asfalto das rodovias para recuperar e está esparramando em tudo quanto é
362 estrada rural. Nós sabemos que não é material inerte, e isso tem ido para dentro
363 de nascentes e de veredas, e ninguém toma providência. É uma concessão
364 federal, e alguém teria que tomar providência sobre isso, o Ministério Público ou
365 o próprio Estado.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
366 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de todos e
367 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris